



adas Pág. A7

Lula e Jobim em reunião no CCBB; ontem, os dois se encontraram com Vannuchi para discutir a comissão da verdade

Lula edita novo decreto para encerrar crise com militares

Pressionado por Jobim, presidente retirou a expressão 'repressão política' do texto

NOVA VERSÃO

Após polêmicas, governo edita decreto para mudar texto sobre comissão da verdade

COMISSÃO DA VERDADE

COMO ESTAVA O TEXTO

"Elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua comissão nacional da verdade (...) para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política"

COMO FICARÁ

"Fica criado o grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de lei que institua a comissão nacional da verdade (...) para examinar as violações de direitos humanos (...) "

O QUE É

A comissão foi proposta no 3º Programa de Direitos Humanos e tem como objetivo apurar crimes cometidos na ditadura. Os militares queriam alterar o plano para que a esquerda também fosse investigada

A MUDANÇA

Com a retirada da expressão "repressão política", fica estabelecida a apuração da violação aos direitos humanos durante a ditadura, genericamente, sem especificar de quem e de que lado

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e considerando o disposto na Diretriz 23 do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de lei que institua a Comissão Nacional da Verdade, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade históricas e promover a reconciliação nacional.

Art. 2º O Grupo de Trabalho encaminhará, até o mês de abril de 2010, ao Presidente da República, o anteprojeto de lei.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será integrado pelos seguintes membros:

- I - um representante da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;
- II - um representante do Ministério da Justiça;
- III - um representante do Ministério da Defesa;

NOVO DECRETO Documento, que será publicado amanhã no "Diário Oficial da União", mostra a supressão do termo "repressão política"

OUTRAS POLÊMICAS

Outros pontos divergentes serão discutidos posteriormente, como:

- »» Descriminalização do aborto
- »» União civil entre homossexuais
- »» Adoção por casais homossexuais
- »» Audiências públicas antes da reintegração de posses
- »» Criação de um ranking dos veículos de mídia comprometidos com os direitos humanos
- »» Fiscalização da rotulagem de transgênicos
- »» Taxação de grandes poupanças

Outros pontos polêmicos do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos foram mantidos, como o que trata de legalização do aborto

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Pressionado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e pelos comandantes militares, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou ontem decreto criando grupo de trabalho interministerial que vai elaborar projeto de lei da comissão da verdade sobre a ditadura militar (1964-1985) sem mencionar a expressão "repressão política".

Sem alterar o polêmico decreto que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, alvo de críticas também da igreja, da mídia e de ruralistas, o novo decreto visa encerrar a mais recente crise militar.

A expressão "repressão política" remetia à apuração dos excessos cometidos pelos agentes do Estado, como os torturadores. Sem ela, o alvo da comissão da verdade fica genérico, sem especificar quem e que lado —se os torturadores, se a esquerda armada ou se ambos— será investigado pela comissão, conforme solução antecipada pela **Folha** na segunda-feira.

O anteprojeto de lei deve ser encaminhado ao Congresso em abril, mas o grupo de trabalho poderá ter seu prazo prorrogado, prevê o decreto a ser publicado hoje no "Diário Oficial".

A solução para a crise militar saiu de uma reunião entre os ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos), na noite de anteontem, e foi levada ontem de manhã a Lula, que acatou e assinou na hora o novo decreto.

tem, e foi levada ontem de manhã a Lula, que acatou e assinou na hora o novo decreto.

"Da minha parte está tudo resolvido", disse Jobim. Tanto Vannuchi como os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica haviam ameaçado pedir demissão se não houvesse acordo. A solução puramente semântica foi suficiente para acalmar os ânimos.

Na reunião de ontem, Lula nem sequer falou de outros temas polêmicos do Programa Nacional de Direitos Humanos. Embora ele não concorde em apoiar a descriminalização do aborto nos termos previstos pelo decreto de dezembro, esse e outros dispositivos foram mantidos intactos. Por ora, não há definição sobre mudanças no decreto de 22/12. A maioria das ações não é autoaplicável.

Jobim se concentrou em resolver a questão da comissão da verdade. Os militares julgam que o decreto original criava uma comissão unilateral, para investigar só um dos lados, deixando de fora a apuração de crimes da esquerda armada.

O novo decreto mantém a previsão de identificar "as estruturas utilizadas para a prática de violações dos direitos humanos", mas não fala nada sobre a possibilidade de retirada de nomes de responsáveis por violações de direitos humanos em logradouros públicos. Jobim argumentou com Vannuchi que isso poderia levar a uma situação até ridículas, como a da destruição de fotos de militares como Castello Branco e Costa e Silva na galeria oficial de ex-presidentes. (ELIANE CANTANHÊDE, SIMONE IGLESIAS E MARTA SALOMON)

[+] DIREITOS HUMANOS: PETISTA IRONIZA AMEAÇAS DE DEMISSÃO DE MINISTROS

O presidente minimizou a crise e disse que não chegou à sua mesa nenhum pedido de demissão de comandantes das Forças Armadas e ou dos ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) por causa do plano. "A única coisa que chegou na minha mão foram divergências entre dois ministros, que foram resolvidas hoje", disse. Para ele, é um "privilegio" ter Jobim e Vannuchi no governo.

Sem efeito prático, mudança tirá o foco da crise

ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

Na prática, o novo decreto do presidente Lula e a supressão da expressão “repressão política” não mudam nada. Mas o ministro Nelson Jobim (Defesa) precisava dessa mudança semântica para acalmar a sensível área militar, e o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) entendeu que tudo não passava de uma jogada política para mudar o foco.

O decreto original que criou a comissão da verdade por pouco não previa apurar violações de direitos humanos praticadas no contexto de “conflitos políticos” (o que pegava a esquerda armada) e da “repressão política” (torturadores); foi editado

só com “repressão política” e acabou, ontem, transmutado num novo decreto, sem nenhum dos dois.

Significa duas coisas. A primeira é que a comissão irá (se e quando for mesmo, algum dia) apurar genericamente o período da ditadura, mas cabe ao grupo de trabalho interministerial, primeiro, e ao Congresso, depois, especificar quem, como, onde e porque será afinal investigado. Isso pode durar meses. Ou seriam anos?

Os comandantes militares ameaçaram pedir demissão se a comissão não deixasse de ser “unilateral” e passasse a ser “mais equilibrada”. Em entrevista à **Folha**, Vannuchi reagiu e também avisou que jogaria a toalha se desvirtuassem o texto

a ponto de transformá-lo num “monstrengo”, tratando de forma igual os desiguais —torturadores e torturados.

No final, Jobim usou seus amplos conhecimentos jurídicos de ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e criou uma supressão de palavras para um objetivo mais direto: encerrar já a crise política e empurrar a comissão, a apuração e o confronto entre os dois lados para as calendas.

Ou... para o próximo governo. Ganhe José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PV) ou Ciro Gomes (PSB), nenhum deles conhece, se interessa ou tem algum tipo de simpatia pela área militar.

A tendência é o primeiro decreto, o segundo (de ontem), o

projeto de lei para criar a comissão e a sua tramitação no Congresso formarem um cronograma, literalmente, sem fim. Até que alguém, ou algum parlamentar dito “de esquerda”, vá lá cavoucar e desenterrar a discussão. Uma discussão que o país dribla há três décadas, mas um dia virá.

E, obviamente, se e quando vier uma comissão da verdade, não vai investigar quem já foi morto, sujeito a choques elétricos, pendurado em pau-de-ara e/ou julgado e condenado arbitrariamente.

Diga o texto o que disser, uma comissão assim só irá apurar o que não se sabe oficialmente: a cadeia de comando da tortura e a história real das mortes e desaparecimentos.

*Folha de São Paulo / Brasil
14/01/2010 - Pg. A2*